



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**PREGÃO ELETRÔNICO**

Agência Nacional de Transportes Aquaviários

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023

(Processo Administrativo nº 50300.001013/2023-94)

Torna-se público que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por meio da Gerência de Licitações e Contratos, sediada na SEP 514, Conjunto E, Edifício ANTAQ, Asa Norte, Brasília-DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Objeto: Contratação de serviços de massoterapia (Quick Massage), de acordo com as quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor total da contratação: R\$ 31.580,16 (trinta e um mil quinhentos e oitenta reais e dezesseis centavos)

Data da sessão pública: 14/11/2023 às 09:00 (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: Menor preço

Modo de disputa: Aberto e fechado

Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de massoterapia (Quick Massage), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e **tabela abaixo:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Sessões com duração de 15 minutos de Massoterapia (Quick Massage) - Tratamento ou terapia através de massagens, podendo ser aplicada em regiões específicas do corpo, como pescoço, ombros, costas, braços e mãos, melhorando a sensação de bem-estar e relaxamento, aliviando o stress e a tensão, diminuindo as dores musculares, promovendo a saúde e melhorando a qualidade de vida.</p> <p>Benefícios esperados no sentido de:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Melhorar a circulação sanguínea; · Ajudar a controlar o estresse, as tensões, a irritabilidade e a ansiedade; · Aliviar e ajudar a combater as dores musculares; · Prevenir lesões por esforço repetitivo; · Contribuir para o fortalecimento do sistema imunológico; · Promover o bem-estar e uma melhor qualidade de vida; · Contribuir para a eliminação de toxinas 	556-8	Sessões	1536	R\$ 20,56	R\$ 31.580,16

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 1 item, conforme tabela **acima** e a constante no Termo de Referência item 1.1, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. SUPRIMIDO**2.1. SUPRIMIDO****3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- 3.5. Para o item 01 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- 3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. SUPRIMIDO

- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor total do grupo;
- 5.1.2. **SUPRIMIDO**
- 5.1.3. **SUPRIMIDO**
- 5.1.4. **SUPRIMIDO**
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. **SUPRIMIDO**
- 5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.3. **SUPRIMIDO**

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. **SUPRIMIDO**

5.12. **SUPRIMIDO**

6. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. **SUPRIMIDO**

6.11.1. **SUPRIMIDO**

6.11.2. **SUPRIMIDO**

6.11.3. **SUPRIMIDO**

6.11.4. **SUPRIMIDO**

6.11.5. **SUPRIMIDO**

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. **SUPRIMIDO**

6.13.1. **SUPRIMIDO**

6.13.2. **SUPRIMIDO**

6.13.3. **SUPRIMIDO**

6.13.4. **SUPRIMIDO**

6.13.5. **SUPRIMIDO**

6.13.6. **SUPRIMIDO**

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem.
- 6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. Empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. **SUPRIMIDO**
- 6.22.1.1. **SUPRIMIDO**
- 6.22.2. **SUPRIMIDO**
- 6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). [A17]
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, c/put](#))
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. **SUPRIMIDO**
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.7. **SUPRIMIDO**
- 7.7.1. **SUPRIMIDO**
- 7.7.2. **SUPRIMIDO**
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.8.1. Contiver vícios insanáveis;
- 7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1. A inexecução, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. **SUPRIMIDO**
- 7.10.1. **SUPRIMIDO**
- 7.10.2. **SUPRIMIDO**
- 7.10.3. **SUPRIMIDO**
- 7.10.4. **SUPRIMIDO**
- 7.11. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12.1. **SUPRIMIDO**
- 7.12.2. **SUPRIMIDO**
- 7.12.3. **SUPRIMIDO**
- 7.12.4. **SUPRIMIDO**
- 7.12.5. **SUPRIMIDO**
- 7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.15. **SUPRIMIDO**
- 7.16. **SUPRIMIDO**
- 7.17. **SUPRIMIDO**
- 7.18. **SUPRIMIDO**
- 7.19. **SUPRIMIDO**

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. **SUPRIMIDO**
- 8.3. **SUPRIMIDO**
- 8.4. **SUPRIMIDO**
- 8.4.1. **SUPRIMIDO**

- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. **SUPRIMIDO**
- 8.10.1. **SUPRIMIDO**
- 8.10.2. **SUPRIMIDO**
- 8.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas horas) prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame: e
- 8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.
- 8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
9. **SUPRIMIDO**
10. **SUPRIMIDO**
11. **DOS RECURSOS**
- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.3.4. SUPRIMIDO

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato item licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato item licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo seguinte meio pregoeiros@antaq.gov.br**.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://www.gov.br/antaq/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/processos-licitatorios>, e também poderão ser lidos ou obtido no endereço SEPN 514, Conjunto E, Edifício ANTAQ, Brasília-DF, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência SEI nº 2053956;
- 14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar SEI nº 2053304;
- 14.11.1.2. Apêndice do Anexo I - Instrumento de Medição de Resultado (IMR) SEI nº 1979211;
- 14.11.1.3. Apêndice do Anexo I - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento das Condições Necessárias para Prestação do Serviço SEI nº 1979189; e
- 14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato SEI nº 2028494.

FABRÍCIO FERNANDO CARPANEDA SILVA

Gerente de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Fernando Carpaneda Silva**, **Gerente de Licitações e Contratos**, em 26/10/2023, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **2069984** e o código CRC **CE320647**.

Termo de Referência 34/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2023	682010-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	MARCO SCALA FEITOSA	09/10/2023 14:53 (v 8.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;	50300.001013/2023-94

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de massoterapia (Quick Massage), atividade inserida no Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da ANTAQ, destinada aos servidores e colaboradores da ANTAQ - Sede em Brasília, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Sessões com duração de 15 minutos de Massoterapia (Quick Massage) - Tratamento ou terapia através de massagens, podendo ser aplicada em regiões específicas do corpo, como pescoço, ombros, costas, braços e mãos, melhorando a sensação de bem-estar e relaxamento, aliviando o stress e a tensão, diminuindo as dores musculares, promovendo a saúde e melhorando a qualidade de vida.</p> <p>Benefícios esperados no sentido de:</p> <ul style="list-style-type: none">· Melhorar a circulação sanguínea;· Ajudar a controlar o estresse, as tensões, a irritabilidade e a ansiedade;· Aliviar e ajudar a combater as dores musculares;· Prevenir lesões por esforço repetitivo;· Contribuir para o fortalecimento do sistema imunológico;· Promover o bem-estar e uma melhor qualidade de vida;	556-8	Sessões	1536	R\$ 20,56	31.580,16

	· Contribuir para a eliminação de toxinas.					
--	--	--	--	--	--	--

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, anexo I deste Termo de Referência.

1.3.O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que melhora a qualidade de vida no trabalho dos servidores e colaboradores da Agência, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar., anexo I deste Termo de Referência.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo I deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2023**, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo I deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Não existe legislação específica nem constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, mas para a perfeita execução do objeto, a licitante vencedora se responsabilizará em promover as ações listadas abaixo:

- **Limpeza das mãos** - Tem como principal motivo prevenir a transmissão de microrganismos e sujeiras que ficam nas mãos. A limpeza das mãos tem que ser feita entre e/ou durante cada atendimento e toda vez que se manipule algo que possa conter microrganismos ou sujeiras. A assepsia com álcool 70 graus não substitui a lavagem das mãos com sabonete e água corrente, um completa o outro. Para uma boa lavagem das mãos, é importante ensaboar e esfregar as palmas, o dorso das mãos, os espaços entre os dedos, os polegares, as unhas e os punhos.
- **Limpeza da maca (cadeira de massagem)**. Tem como principal motivo prevenir a transmissão de microrganismos e sujeiras que ficam na maca. A limpeza da maca tem que ser feita entre e/ou durante cada atendimento. Também envolve acobertar a maca com papel toalha ou lenço descartável. A limpeza da maca é feita com álcool de 70º ou outro antisséptico.
- **Equipamento de proteção**. Tem como principal motivo minimizar riscos de contaminação e higiene pessoal. Equipamento de proteção envolve roupas adequadas como jaleco e roupas brancas, luvas, máscaras e toucas cirúrgicas.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.3.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

4.3.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 dias da assinatura do contrato;

5.1.2. O agendamento das sessões será de responsabilidade da Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada - CBL;

5.1.3. A Contratada deverá disponibilizar 01 (um) massoterapeuta, especializado em Quick Massage, para a realização das sessões individuais, cumprindo com todas as normas de biossegurança;

5.1.4. Cada sessão de massagem expressa (Quick Massage) terá a duração de 15 (quinze) minutos;

5.1.5. As sessões de (Quick Massage) ocorrerão, preferencialmente, nas segundas e quartas;

5.1.6. Ao final de cada mês de realização da massoterapia, o contratado deverá entregar um relatório das atividades desempenhadas à CBL;

5.1.7. Após aprovação do relatório, a CBL solicitará a emissão da Nota Fiscal e procederá com o respectivo pagamento mensal;

5.1.8. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.8.1. Realizar reunião entre a fiscalização do contrato e a CONTRATADA para definição do cronograma das sessões de massoterapia e apresentação do profissional que irá realizar a massagem expressa (quick massage) no prazo de 02 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato;

5.1.8.2. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos e acessórios necessários a realização das sessões prazo de até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço SEP 514, Conjunto “E”, Edf. ANTAQ, Bairro Asa Norte, CEP: 70.760-545, sendo que local dentro da ANTAQ será definido a critério da CBL, tendo em vista às necessidades da ANTAQ.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 09:00h às 18:00h, respeitando o horário comercial.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. O profissional que irá realizar as massagens deve chegar ao local da prestação do serviço com 30 (trinta) minutos de antecedência para conhecer e organizar espaço dentro da ANTAQ onde serão realizadas as sessões de massagem;

5.4.2. Obedecer a ordem das pessoas que irão realizar as massagens, conforme lista da fiscalização do contrato a ser entregue diariamente;

5.4.3. A cada 04 (quatro) sessões de massagem tirar 15 (quinze) minutos de intervalo;

5.4.4. Obedecer o horário de almoço de 12:00h às 14:00h.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.3.1. 01 (um) equipamento (cadeira apropriada);

5.3.2. 01 (um) massager elétrico;

5.3.3. 03 (três) bolas terapêuticas;

5.3.4. 02 (dois) garrotes;

5.3.5. 02 (dois) mini bastões para massagens;

5.3.6. Material descartável e de higienização para as cadeiras de massagem (álcool 70%);

5.3.7. Aparelho de som portátil com músicas apropriadas ao bom desenvolvimento das atividades; e

5.3.8 Outros que forem necessários para garantir a variedade de técnicas e estímulos

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. A quantidade de sessões de massagem expressa a ser contratada totaliza 1536 sessões anuais, sendo destinada a aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) servidores/colaboradores da ANTAQ - Sede em Brasília/DF, portanto a mensuração da proposta deve considerar as informações relevantes constantes nos quadros demonstrativos abaixo, considerando como balizador **o valor unitário da sessão de massagem expressa (quick massage) de 15 (quinze) minutos.**

Atividade	Frequência	Sessões diárias	Sessões mensais
Massagem expressa (Quick Massage)	2 vezes por semana	16	128

Massoterapia (Quick Massage)		
8 dias por Mês		
Sessões Diárias	Duração por Sessão (min)	Horas Diárias
16	0:15:00	04:00:00

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. Verificar o agendamento das sessões de massagem expressa, garantindo a sequencia dos horários agendados;

6.18.2. Suspender por 01 (um) mês servidores/colaboradores de realizar sessões de massagem expressa que não justifiquem ausência na realização das sessões.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no Anexo II.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado será a sessão de massoterapia (Quick Massage) realizadas mensalmente;

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INPC** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.39. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada **por preço global**, uma vez que este TR define com precisão a quantidade de sessões de massoterapia a serem contratadas e define com precisão o modelo de execução do objeto.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Ato de autorização para o exercício da atividade de fisioterapia, expedido pelo **Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO**, nos termos do inciso II, do art. 5º, da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade

Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.21.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.23 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme anexo III deste Termo de Referência.

8.25. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.26. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional **Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO**, em plena validade;

8.26.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.27.1.1. Experiência mínima de **01 (ano)** anos dos profissionais que possuam Certificado de Curso de Qualificação Técnica em Massoterapia e/ou Diploma, devidamente registrado, de conclusão do curso de graduação em Fisioterapia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), registro no respectivo Conselho de Classe;

8.27.1.2. Referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.27.1.3. Expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

8.27.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.27.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 31.580,16

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$.31.580,16 (trinta e um mil, quinhentos e oitenta reais e dezesseis centavos), conforme custo unitário apostos na planilha do item 1.1. deste termo de referência.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Obrigações do Contratante

11. São obrigações do Contratante:

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

11.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste termo de Referência;

11.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano

causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações do Contratado

12. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

12.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13. Reajuste

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/06/2023.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. Infrações e Sanções Administrativas

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);**
- ii. **2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);**
- iii. **3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).**
- iv. **4. Multa:**

(1) Moratória de 0,1 % (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

1. a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 14.1, de 0,1% (um décimo por cento) a 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 14.1, de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 14.1, a multa será de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 14.1, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 14.1, a multa será de 0,1% (quatro décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

- Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;
- Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;

1.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e

parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.

14.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14.14.

15. Da Extinção Contratual

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.9.3. Indenizações e multas.

15.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16. Alteração subjetiva

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543,](#)

[de 13 de novembro de 2020.](#)

MARCO SCALA FEITOSA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 09/10/2023 às 09:46:17.

MARIA VERONICA DA SILVA CAVALCANTE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 09/10/2023 às 10:34:55.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP21_2022 atual.pdf (106.68 KB)
- Anexo II - ANEXO_II.pdf (486.6 KB)
- Anexo III - ANEXO_III.pdf (411.51 KB)

Anexo I - ETP21_2022 atual.pdf

Estudo Técnico Preliminar 21/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 50300.001013/2023-94

2. Descrição da necessidade

A Organização Mundial de Saúde – OMS define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença ou enfermidade”. É um processo subjetivo e dinâmico que compreende a busca contínua do equilíbrio entre todos os aspectos da vida. A promoção da saúde visa a aumentar a capacidade dos indivíduos para que tenham maior controle sobre a saúde e possam melhorá-la. Envolve a melhoria da qualidade de vida por meio do desenvolvimento de hábitos e estilo de vida saudáveis. A prevenção se refere a intervenções orientadas a evitar o surgimento de doenças específicas, reduzindo sua incidência e prevalência nas populações.

Neste sentido, A ANTAQ está em fase de aprovação da proposta de programa de Qualidade de Vida no Trabalho, na qual a Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada - CBL será a responsável direta pela execução, que tem como objetivo geral desenvolver iniciativas que visem promover a saúde integral do servidor para aumentar os níveis de motivação e bem-estar de todos os colaboradores da Agência.

Uma das ações a serem implementadas no PQVT em 2023 é a contratação de empresa especializada em massagem expressa (Quick massage) que é uma massagem rápida (15 minutos) aplicada no próprio ambiente de trabalho, sem necessidade de roupas apropriadas nem óleos, que atua diretamente nos pontos de dores e tensões musculares, aliviando o estresse e o cansaço físico e mental. Seus principais objetivos são: a) Alívio da tensão muscular; b) Promoção de bem-estar geral; c) Facilitação do fluxo sanguíneo e linfático; d) Redução dos efeitos do estresse físico e mental; e) Indução ao relaxamento mental; f) Auxílio no equilíbrio do sistema nervoso; g) Auxílio na redução da ansiedade.

A sessões de Massagem Expressa deverão ser realizadas de modo a direcionar as práticas segundo a realidade de trabalho dos servidores e colaboradores, com foco nas exigências físicas e cognitivas demandadas pela atividade do trabalho, atuando de forma preventiva e efetiva.

A ANTAQ também será beneficiada, pois haverá melhora da saúde da força de trabalho, diminuição dos índices de rotatividade e absenteísmo, aumento da produtividade, melhora da imagem da instituição e aumento do bem-estar geral.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que estabelece em seu Art. 230 que a assistência à saúde do servidor “terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento”.

A Portaria nº. 1.261 de 5 de maio de 2010, que institui os Princípios, Diretrizes e Ações em Saúde Mental que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC da Administração Pública Federal sobre a saúde mental dos servidores.

Portaria Normativa nº 3 de 7 de maio de 2010, que estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor - NOSS aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, com o objetivo de definir diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada - Marco Scala Feitosa
CBL/GRH/SAF

Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada - Maria Verônica da Silva Cavalcante
CBL/GRH/SAF

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos indispensáveis ao atendimento da necessidade

Da Contratada

1. Selecionar criteriosamente os profissionais que irão prestar os serviços, de modo a manter quadro de pessoal qualificado para a realização dos serviços conforme previsto no Termo de Referência.
2. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
3. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
4. Reunir-se, quando solicitado, com a Contratante, para avaliar questões relacionadas ao acompanhamento dos serviços prestados, podendo, ambas as partes, respeitados os preceitos éticos da profissão, interagir, a qualquer momento, para tratar de assuntos referentes ao desenvolvimento das atividades.
5. Apresentar à Contratante relação dos profissionais necessários para cobertura dos serviços contratados, bem como toda a documentação necessária.
6. Atender prontamente às solicitações da Contratante relacionadas ao acompanhamento e controle dos serviços prestados, respeitando os preceitos éticos da profissão.
7. Comunicar à Contratante, sempre que houver necessidade, a substituição de qualquer dos profissionais, por motivo de desligamento destes e nos casos de ausência por motivos legais;
8. Apresentar, obrigatoriamente, nas substituições definitivas e nas superiores a 7 (sete) dias corridos, toda a documentação exigida antes do início das atividades do profissional substituto.
9. Apresentar todos os profissionais convenientemente uniformizados, conforme sua atividade, portando crachás de identificação, desde o início da execução do contrato.
10. Fornecer aos seus empregados crachás de identificação individual, de uso obrigatório dentro das dependências da Contratante, contendo as seguintes especificações: nome da Contratada a serviço da ANTAQ, nome do empregado, função e número de sua identificação.
11. Responsabilizar-se pelo comportamento moral, ético e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder, integralmente, por todos os danos ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão dos seus empregados.
12. Fornecer integralmente a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, e responsabilizar-se exclusiva e integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, incidentes sobre os serviços ora ajustados, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante, não eximindo-se da responsabilidade de exibir, quando solicitados pela Contratante, os assentamentos relativos àquelas obrigações.
13. Responsabilizar-se por qualquer dano que seus prepostos ou empregados venham provocar a terceiros, à Contratante ou a seus servidores/colaboradores, em decorrência da execução dos serviços contratados.
14. Manter sob sua responsabilidade, guarda e zelo os bens disponibilizados pela Contratante, por qualquer motivo, durante a execução do contrato.
15. Devolver à Contratante, ao final do contrato, os bens disponibilizados para seu uso, em perfeitas condições de utilização.
16. Ressarcir à Contratante, imediatamente, qualquer despesa ou transtorno decorrente de responsabilização solidária, atinente aos serviços contratados, sujeitando-se ainda à multa prevista contratualmente.
17. A Contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos e materiais necessários para uma perfeita realização das sessões de massagem expressa (Quick Massage).
18. Apresentar relatório mensal das atividades ao fiscal do contrato, até o 15º dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, conforme modelo proposto pela ANTAQ, em números absolutos e percentuais, contendo: a) Frequência de participação, discriminada por horário, atividade, por prédio, por unidade e por participante, com gráficos; e b) Registro de intercorrências que venham a interferir no trabalho, sugerindo alternativas para solucioná-las.
19. Ter experiência que demonstre a execução de serviços similares ao objeto da necessidade da contratação, em períodos sucessivos ou não, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, uma vez que esse tempo assegura a prestação do serviço em conformidade com as necessidades específicas do órgão ou entidade contratante, refletindo que os serviços foram prestados de forma adequada.

Da Contratante

1. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como: exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário; Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas; Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
2. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
3. Dar ampla divulgação ao cronograma de realização das sessões de massoterapia (Quick Massage), na ANTAQ.
4. Colocar à disposição da Contratada espaços físicos em condições de uso.
5. Sustar os serviços, a qualquer tempo, total ou parcialmente, sempre que considerar a medida necessária.
6. Solicitar a substituição de qualquer empregado(s) da Contratada, advertindo-a formalmente, devendo a solicitação ser atendida e executada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.
7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

Classificação dos Serviços

1. O presente é considerado serviço comum e de natureza continuada, conforme Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002; inciso II do art. 3º do Decreto 10.024/2019 e art. 14º e 15º da , INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, pois as especificações são reconhecidas e usuais do mercado e visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro.
2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, sendo possível sua execução de forma indireta, uma vez que não estão contemplados na Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, editada pelo então Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Crítérios e Práticas de sustentabilidade

1. Para a perfeita execução dos serviços, a licitante vencedora se responsabilizará em promover as ações listadas abaixo:
 - **Limpeza das mãos** - Tem como principal motivo prevenir a transmissão de microrganismos e sujeiras que ficam nas mãos. A limpeza das mãos tem que ser feita entre e/ou durante cada atendimento e toda vez que se manipule algo que possa conter microrganismos ou sujeiras. A assepsia com álcool 70 graus não substitui a lavagem das mãos com sabonete e água corrente, um completa o outro. Para uma boa lavagem das mãos, é importante ensaboar e esfregar as palmas, o dorso das mãos, os espaços entre os dedos, os polegares, as unhas e os punhos.
 - **Limpeza da maca (cadeira de massagem)**. Tem como principal motivo prevenir a transmissão de microrganismos e sujeiras que ficam na maca. A limpeza da maca tem que ser feita entre e/ou durante cada atendimento. Também envolve acobertar a maca com papel toalha ou lenço descartável. A limpeza da maca é feita com álcool de 70º ou outro antisséptico.
 - **Equipamento de proteção**. Tem como principal motivo minimizar riscos de contaminação e higiene pessoal. Equipamento de proteção envolve roupas adequadas como jaleco e roupas brancas, luvas, máscaras e toucas cirúrgicas.

5. Levantamento de Mercado

A equipe de planejamento não considerou para solução da necessidade outras opções logísticas menos onerosas à Administração, uma vez que a solução para a necessidade é padronizada no ramo de fornecimento desse tipo de serviço para o setor público

Assim, para a necessidade levantada, a equipe de planejamento, como justificativa técnica, verificou as condições e exigências do mercado fornecedor, de modo a possibilitar a compatibilidade entre os requisitos propostos pela área demandante e as possíveis soluções que o mercado fornecedor pode proporcionar, em especial a não obrigatoriedade do fornecedor possuir filial ou representação com estrutura física em Brasília/DF, ampliando a quantidade e não limitando a participação de fornecedores de outros Estados.

Como justificativa econômica para a solução da necessidade, a equipe de planejamento considera quanto maior for o número de fornecedores existentes melhor será para o órgão, aumentando a competição e consequentemente um menor preço, além da possibilidade de diminuição do direcionamento ou a existência de conluio entre os interessados.

Considerando que a quantidade de fornecedores no mercado para o objeto a ser contratado não é restrita, a equipe de planejamento fez um levantamento das soluções de mercado, considerando contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, além de pesquisa direta com fornecedores.

DIRETO COM FORNECEDORES	UF
ERGONOMIQUE	RJ
POSTURE SAÚDE CORPORATIVA	SP
VEM SER MOVIMENTO	RJ

CONTRATAÇÕES SIMILARES POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES	FORNECEDOR	UF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	YO FITNESS LTDA	CE
PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA	PR
PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	CONCEITUAL SAUDE E SEGURANCA NO TRABALHO LTDA	PR
PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	YO FITNESS LTDA	CE

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de massagem expressa (Quick Massage), destinada aos servidores e colaboradores da ANTAQ - Sede em Brasília, fornecendo sem custo os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A metodologia de cálculo utilizada para estimar a quantidade de sessões de massoterapia mensais e anuais considerou uma frequência de atividades de massoterapia 02 (duas) vezes por semana, com 16 (dezesesseis) sessões diárias, considerando 8 dias por mês para a contratada prestar o serviço de massoterapia, totalizando 128 sessões mensais (8 dias x 16 sessões) e 1536 (mil quinhentos e trinta e seis) sessões anuais (128 sessões mensais x 12), discriminadas nas tabelas abaixo.

Atividade	Frequência	Sessões diárias	Sessões mensais	Sessões Anuais

Massoterapia (Quick Massage)	2 vezes por semana	16	128	1536
------------------------------	--------------------	----	-----	------

Massoterapia (Quick Massage)		
8 dias por Mês		
Sessões Diárias	Duração por Sessão (min)	Horas Diárias
16	00:15:00	04:00:00

As 1536 (mil quinhentos e trinta e seis) sessões anuais, serão destinadas a aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) servidores/colaboradores da ANTAQ - Sede em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

A contratação destas sessões de massoterapia corresponde a mesma quantidade em relação ao contrato anterior **CONT-SAF-ANTAQ/Nº 09/2018** que se encerrou no dia 30/12/2020, por conta da pandemia e o isolamento dos servidores. Manter a mesma quantidade se justifica pela excelente aceitação da massagem pelos usuários, tendo em vista que todos os dias de massagem estavam sempre lotados e com lista de reserva mensal, conforme planilhas de controle da fiscalização do contrato acostadas no processo 50300.001512/2018-14, a saber:

- a) Planilha Quick Massage - Medição de Serviços-2018 (SEI nº 0717988);
- b) Anexo QUICK MESSAGE - Medição dos Serviços - 2019 (SEI nº 0953371);
- c) Planilha Medição dos Serviços - Quick Massage - 2020 (SEI nº 1177473).

Além disso, apesar do número de colaboradores terem aumentado na sede da ANTAQ, a maioria dos servidores estão no regime de teletrabalho integral ou parcial, justificando a manutenção do mesmo número de sessões a serem contratadas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 31.580,16

Seguindo os ditames normativos constantes do Art. 5º da IN SEGES 65/2021, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a contratação dos serviços de massoterapia foi realizada mediante a utilização de forma combinada dos seguintes parâmetros:

- Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Pesquisa no Pannel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>

- A pesquisa foi refinada para melhor entendimento, identificando uma contratação que possuem aderência às especificações deste estudo técnico preliminar, conforme relatório da pesquisa realizado no dia 21/03/2023 (SEI nº 1874551), demonstrado na tabela abaixo.

Identificação da Compra	Objeto	Valor da Sessão de Massoterapia	Fornecedor	ÓRGÃO
	- Contratação de empresa para prestação do serviço de até 680 (seiscentos e oitenta) horas			

Pregão Eletrônico - 00002/2022	de massagem terapêutica (massoterapia) aos trabalhadores da Universidade Federal do Ceará (UFC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	R\$ 8,86	YO FITNESS LTDA CNPJ/CPF: 29101955000117	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
--------------------------------	---	----------	--	-------------------------------

- Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

- Foi realizada cotação (SEI nº 1955092) no site <https://www.bancodeprecos.com.br/>, onde foram encontrados 6 (seis) contratações similares em outros entes públicos, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, sendo os valores consolidados na tabela abaixo.

Identificação da Compra	Objeto	ÓRGÃO	Valor da Sessão de Massoterapia	Fornecedor
Pregão Eletrônico - 43/2022	Valor da sessão de quick massage para a Subseção Judiciária de Curitiba, conforme especificações técnicas contidas em edital	PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	R\$ 14,00	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88
Pregão Eletrônico - 43/2022	Valor da sessão de quick massage para a Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, conforme especificações técnicas contidas em edital.	PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	R\$ 23,00	YO FITNESS LTDA - CNPJ: 29.101.955/0001-17
Pregão Eletrônico - 43/2022	Valor da sessão de quick massage para a Subseção Judiciária de Londrina, conforme especificações técnicas contidas em edital.	PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	R\$ 15,00	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88
Pregão Eletrônico - 43/2022	Valor da sessão de quick massage para a Subseção Judiciária de Umuarama, conforme especificações técnicas contidas em edital.	PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	R\$ 28,00	YO FITNESS LTDA - CNPJ: 29.101.955/0001-17
Pregão Eletrônico - 43/2022	Valor da sessão de quick massage para a Subseção Judiciária de Telêmaco Borba, conforme especificações técnicas contidas em edital.	PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	R\$ 17,00	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88
Pregão Eletrônico - 43/2022	Valor da sessão de quick massage para a Subseção Judiciária de Ponta Grossa, conforme especificações técnicas contidas em edital.	PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	R\$ 15,00	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88

- Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

- Realizou-se solicitação de orçamentos, por e-mail, às seguintes empresas, conforme tabela abaixo.

--	--	--	--	--	--

EMPRESA	CNPJ	Observação	Atendeu ao disposto no § 2º do art. 5º da IN 65/2021	Valor da sessão de massoterapia	UF DO FORNECEDOR
Wal lerry Fleck e Cia Ltda. Me - ERGONOMIQUE	10.741.678/0001-89	O e-mail de solicitação e resposta da empresa com a proposta (SEI nº 1874379)	SIM	R\$ 27,42	SP
POSTURE SAÚDE CORPORATIVA	17.310.177/0001-97	O e-mail de solicitação e resposta da empresa com a proposta (SEI nº 1874377)	SIM	R\$ 52,18	RJ
VEM SER MOVIMENTO	31.712.546/0001-07	O e-mail de solicitação e resposta da empresa com a proposta (SEI nº 1874385)	SIM	R\$ 25,78	RJ

- A apresentação de orçamento por empresas do ramo de massoterapia, mostrou-se de fácil acesso, pois todas as empresas pesquisadas responderam as solicitações de propostas dentro de um prazo de resposta satisfatório, atendendo às especificações deste ETP.

Importante frisar que na licitação deverá considerar como balizador o valor unitário da sessão de massoterapia, facilitando, assim, o cálculo do valor mensal e anual estimado.

Conforme disposto no Art. 6º da IN 65/2021, é possível utilizar como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Neste ETP, a metodologia utilizada para obtenção do preço estimado foi a **média** dos valores obtidos na pesquisa de preços oriundos de todos os parâmetros utilizados, não sendo desconsiderados nenhum dos valores como inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Diante do exposto, preço estimado para a sessão de massoterapia de 15 min é de **R\$ 20,56 (vinte reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Identificação da Compra	FORNECEDOR	Proposta /Pesquisa	Valor da Sessão de Massoterapia
Pregão Eletrônico - 00002/2022	YO FITNESS LTDA CNPJ/CPF: 29101955000117	SEI nº 1874551	R\$ 8,86
Pregão Eletrônico - 43/2022	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88	SEI nº 1955092	R\$ 14,00
Pregão Eletrônico - 43/2022	YO FITNESS LTDA - CNPJ: 29.101.955 /0001-17	SEI nº 1955092	R\$ 23,00
Pregão Eletrônico - 43/2022	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88	SEI nº 1955092	R\$ 15,00
Pregão Eletrônico - 43/2022	YO FITNESS LTDA - CNPJ: 29.101.955 /0001-17	SEI nº 1955092	R\$ 28,00
Pregão Eletrônico - 43/2022	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88	SEI nº 1955092	R\$ 17,00
Pregão Eletrônico - 43/2022	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88	SEI nº 1955092	R\$ 15,00

Orçamento direto com o Fornecedor	Wal lerry Fleck e Cia Ltda. Me - ERGONOMIQUE	SEI nº 1956741	R\$ 28,00
Orçamento direto com o Fornecedor	POSTURE SAÚDE CORPORATIVA	SEI nº 1959395	R\$ 30,98
Orçamento direto com o Fornecedor	VEM SER MOVIMENTO	SEI nº 1956391	R\$ 25,78
MÉDIA			R\$ 20,56

Assim, o preço mensal estimado, considerando 128 (cento e noventa e duas) sessões será de R\$ 2.631,68 (dois mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos), sendo R\$ 31.580,16 (trinta e um mil, quinhentos e oitenta reais e dezesseis) para um período de 12 (doze) meses.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A necessidade da ANTAQ é contratar o serviço de massoterapia (Quick massage) para os servidores e colaboradores, lotados em Brasília/DF, sendo a contratação por sessões anuais, assim, considerando em especial a não obrigatoriedade do fornecedor possuir filial ou representação com estrutura física em Brasília/DF, ampliou a quantidade e não limitou a participação de fornecedores de outros Estados, comprovada com a pesquisa de preços com os fornecedores (item 8), e que existe apenas um item a ser licitado se justifica pela impossibilidade de parcelamento da solução, havendo economia de escala, prevista na Súmula 247 do TCU, tendo em vista que os fornecedores terão a disposição uma maior quantidade do sessão de massoterapia (Quick massage) e diluir seus custos, por isso permanece a contratação técnica e economicamente viável.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A ANTAQ já realizou 01 (uma) contratação com o mesmo objeto da contratação pretendida, conforme disposto abaixo:

Contratada: **QUALITE DE VIE CULTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME** (CNPJ: 14.682.038/0001-04), **contrato CONT-SAF-ANTAQ/Nº 09/2018 – PROCESSO Nº 50300.001512/2018-14**, cujo objeto foi a prestação de serviços de ginástica laboral e massoterapia, sendo suspenso, por conta da pandemia e o isolamento dos servidores, e que em dezembro de 2020 foi realizada a rescisão contratual.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação das sessões de massoterapia está alinhada com planejamento da ANTAQ, tendo em vista que está prevista na proposta do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho em trâmite no processo 50300.022013/2018-61, além de constar no Plano Anual de Contratações para o ano de 2023, conforme Documento de Formalização da Demanda Nº 110/2022 do Planejamento e Gerenciamento de Contratações ((sistema PGC).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação do serviço de massoterapia está alinhada com o **Plano de Gestão de Logística Sustentável - PGLS da ANTAQ**, sendo as sessões de massoterapia, consideradas um tratamento ou terapia, aplicada em regiões específicas do corpo, como pescoço, ombros, costas, braços e mãos, oferecem como ganho direto: melhora na sensação de bem-estar e relaxamento, diminuição do stress, tensão e dores musculares, promoção da saúde e melhora na qualidade de vida dos usuários.

Como ganhos indiretos podemos esperar benefícios, a saber:

- Melhorar a circulação sanguínea;
- Ajudar a controlar a irritabilidade e a ansiedade;

- Prevenir lesões por esforço repetitivo;
- Contribuir para o fortalecimento do sistema imunológico;
- Contribuir para a eliminação de toxinas.

13. Providências a serem Adotadas

A Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada - CBL deverá providenciar, em dias da realização das sessões de massagem expressa (quick massage), o local exato, dentro da ANTAQ-Sede, onde serão feitas as massagens, respeitando as necessidades do órgão. Não sendo necessário licenciamento ambiental para este tipo de serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O material fornecido pela Contratada deverá atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais positivos e negativos associados ao produto, cabendo a adoção das práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, nos termos do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.

A Contratada deverá utilizar insumos cujos recursos naturais tenham origem ambientalmente regular e sustentável.

Os possíveis impactos ambientais que o serviço de massagem expressa (Quick massage) possa gerar devem ser tratados conforme os critérios e práticas de sustentabilidade indicados no item 4 deste ETP.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Ficou demonstrado durante o levantamento de preços que há empresas do ramo que pode fornecer o serviço para a administração pública.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCO SCALA FEITOSA

Analista Administrativo / Coordenador da CBL



Assinou eletronicamente em 14/07/2023 às 10:34:46.

MARIA VERÔNICA DA SILVA CAVALCANTE

Agente Administrativo / Coordenadora Substituta CBL



Assinou eletronicamente em 14/07/2023 às 14:11:21.

Anexo II - ANEXO_II.pdf



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Gerência de Recursos Humanos
Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada

ANEXO II

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários-ANTAQ, CNPJ n.º 04.903.587/0001-08, com sede na SEPN Quadra 514, Conjunto E, Asa Norte -Edifício ANTAQ -Brasília/DF, representada neste ato por _____, em sequência denominada simplesmente Contratante; e a pessoa jurídica, CNPJ n.º _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, portador do CPF n.º _____ e da Cédula de Identidade RG n.º _____, daqui por diante denominada simplesmente Contratada, firmam o presente Instrumento de Medição de Resultado-IMR, como anexo ao contrato de prestação de serviços de massoterapia.

Definição - Instrumento de Medição de Resultado-IMR é o mecanismo que apresenta os critérios de avaliação da qualidade do serviço prestado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

Indicadores, Metas e Mecanismo de Cálculo

2.1 Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de 03 (três) indicadores de qualidade:

- Uso dos uniformes e crachás;
- Falta de materiais ou de equipamentos previstos para prestação do serviço; e
- Reposição de profissional ausente.

2.2 Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados em cada indicador.

2.2.1 - Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2 - A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.3 As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade

INDICADOR 1 - USO DOS UNIFORMES e CRACHÁS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento as exigências específicas relacionadas ao fornecimento e uso dos uniformes e crachás.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico e setorial do contrato através de livro de registros.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Sem ocorrências = 20 Pontos</p> <p>1 ocorrência = 8 Pontos</p> <p>2 ocorrências = 6 Pontos</p> <p>3 ocorrências = 4 Pontos</p> <p>4 ocorrências = 2 Pontos</p> <p>5 ou mais ocorrências = 0 Pontos.</p>

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	Para o caso de cinco ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.
---------------------------------	---

INDICADOR 2 - FALTA DE MATERIAIS OU DE EQUIPAMENTOS PREVISTOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de fornecimento e abastecimento dos materiais estimados necessários a execução do contrato
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico e setorial do contrato através de livro de registros.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Sem ocorrências = 20 Pontos</p> <p>1 ocorrência = 8 Pontos</p> <p>2 ocorrências = 6 Pontos</p> <p>3 ocorrências = 4 Pontos</p> <p>4 ocorrências = 2 Pontos</p> <p>5 ou mais ocorrências = 0 Pontos.</p>
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	Para o caso de cinco ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.

INDICADOR 3 - REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a reposição das ausências.
Meta a cumprir	Cobrir todas as ausências
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico e setorial do contrato através de livro de registros.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Ausência de profissional sem reposição.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos
	Uma ou mais ocorrências = 0 Pontos
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	Para uma ocorrência deste indicador a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações.

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1 - As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.2 - A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

PONTUAÇÃO TOTAL = $\sum [(Total \text{ para o Indicador } 1) + (Total \text{ para o Indicador } 2) + (Total \text{ para o Indicador } 3)]$

3.3 - Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 50 a 59 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 50 pontos	90% do valor previsto mais multa	*0,90
*OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Para uma pontuação abaixo de 50 pontos a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações.		

Logo:

Valor devido por Nota Fiscal = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]

4 - CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos Previstos	Avaliação
USO DOS UNIFORMES e CRACHÁS	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	8	
	2 ocorrências	6	
	3 ocorrências	4	
	4 ocorrências	2	
	5 ocorrências ou mais	0	

FALTA DE MATERIAIS OU DE EQUIPAMENTOS PREVISTOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	8	
	2 ocorrências	6	
	3 ocorrências	4	
	4 ocorrências	2	
	5 ocorrências ou mais	0	
6 – REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE	Sem ocorrências	20	
	Uma ou mais ocorrências	0	
Pontuação Total do Serviço:			

Anexo III - ANEXO_III.pdf



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Gerência de Recursos Humanos
Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada

ANEXO III DO TR

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PELNO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

NOME DA EMPRESA/INSTITUIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA MESMA COM CNPJ, ENDEREÇO, neste ato apresentada por **(REPRESENTANTE DA EMPRESA/INSTITUIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO MESMO, CONSTANDO INCLUSIVE QUAL A FUNÇÃO/CARGO NA EMPRESA/INSTITUIÇÃO)**, **DECLARAMOS** que temos ciência das condições necessárias para a prestação dos serviços nos termos do item 2.4. do Anexo V da IN 05/2017 – SEGES/MP e **NOS COMPROMETEMOS** a prestar fielmente os serviços com a qualidade necessária, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e de seus Anexo, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº **XXX/2023**.

Local, ____ de _____ de 2023

Responsável pela empresa/instituição

Estudo Técnico Preliminar 21/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 50300.001013/2023-94

2. Descrição da necessidade

A Organização Mundial de Saúde – OMS define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença ou enfermidade”. É um processo subjetivo e dinâmico que compreende a busca contínua do equilíbrio entre todos os aspectos da vida. A promoção da saúde visa a aumentar a capacidade dos indivíduos para que tenham maior controle sobre a saúde e possam melhorá-la. Envolve a melhoria da qualidade de vida por meio do desenvolvimento de hábitos e estilo de vida saudáveis. A prevenção se refere a intervenções orientadas a evitar o surgimento de doenças específicas, reduzindo sua incidência e prevalência nas populações.

Neste sentido, A ANTAQ está em fase de aprovação da proposta de programa de Qualidade de Vida no Trabalho, na qual a Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada - CBL será a responsável direta pela execução, que tem como objetivo geral desenvolver iniciativas que visem promover a saúde integral do servidor para aumentar os níveis de motivação e bem-estar de todos os colaboradores da Agência.

Uma das ações a serem implementadas no PQVT em 2023 é a contratação de empresa especializada em massagem expressa (Quick massage) que é uma massagem rápida (15 minutos) aplicada no próprio ambiente de trabalho, sem necessidade de roupas apropriadas nem óleos, que atua diretamente nos pontos de dores e tensões musculares, aliviando o estresse e o cansaço físico e mental. Seus principais objetivos são: a) Alívio da tensão muscular; b) Promoção de bem-estar geral; c) Facilitação do fluxo sanguíneo e linfático; d) Redução dos efeitos do estresse físico e mental; e) Indução ao relaxamento mental; f) Auxílio no equilíbrio do sistema nervoso; g) Auxílio na redução da ansiedade.

A sessões de Massagem Expressa deverão ser realizadas de modo a direcionar as práticas segundo a realidade de trabalho dos servidores e colaboradores, com foco nas exigências físicas e cognitivas demandadas pela atividade do trabalho, atuando de forma preventiva e efetiva.

A ANTAQ também será beneficiada, pois haverá melhora da saúde da força de trabalho, diminuição dos índices de rotatividade e absenteísmo, aumento da produtividade, melhora da imagem da instituição e aumento do bem-estar geral.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que estabelece em seu Art. 230 que a assistência à saúde do servidor “terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento”.

A Portaria nº. 1.261 de 5 de maio de 2010, que institui os Princípios, Diretrizes e Ações em Saúde Mental que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC da Administração Pública Federal sobre a saúde mental dos servidores.

Portaria Normativa nº 3 de 7 de maio de 2010, que estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor - NOSS aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, com o objetivo de definir diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada - Marco Scala Feitosa
CBL/GRH/SAF

Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada - Maria Verônica da Silva Cavalcante
CBL/GRH/SAF

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos indispensáveis ao atendimento da necessidade

Da Contratada

1. Selecionar criteriosamente os profissionais que irão prestar os serviços, de modo a manter quadro de pessoal qualificado para a realização dos serviços conforme previsto no Termo de Referência.
2. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
3. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
4. Reunir-se, quando solicitado, com a Contratante, para avaliar questões relacionadas ao acompanhamento dos serviços prestados, podendo, ambas as partes, respeitados os preceitos éticos da profissão, interagir, a qualquer momento, para tratar de assuntos referentes ao desenvolvimento das atividades.
5. Apresentar à Contratante relação dos profissionais necessários para cobertura dos serviços contratados, bem como toda a documentação necessária.
6. Atender prontamente às solicitações da Contratante relacionadas ao acompanhamento e controle dos serviços prestados, respeitando os preceitos éticos da profissão.
7. Comunicar à Contratante, sempre que houver necessidade, a substituição de qualquer dos profissionais, por motivo de desligamento destes e nos casos de ausência por motivos legais;
8. Apresentar, obrigatoriamente, nas substituições definitivas e nas superiores a 7 (sete) dias corridos, toda a documentação exigida antes do início das atividades do profissional substituto.
9. Apresentar todos os profissionais convenientemente uniformizados, conforme sua atividade, portando crachás de identificação, desde o início da execução do contrato.
10. Fornecer aos seus empregados crachás de identificação individual, de uso obrigatório dentro das dependências da Contratante, contendo as seguintes especificações: nome da Contratada a serviço da ANTAQ, nome do empregado, função e número de sua identificação.
11. Responsabilizar-se pelo comportamento moral, ético e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder, integralmente, por todos os danos ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão dos seus empregados.
12. Fornecer integralmente a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, e responsabilizar-se exclusiva e integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, incidentes sobre os serviços ora ajustados, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante, não eximindo-se da responsabilidade de exibir, quando solicitados pela Contratante, os assentamentos relativos àquelas obrigações.
13. Responsabilizar-se por qualquer dano que seus prepostos ou empregados venham provocar a terceiros, à Contratante ou a seus servidores/colaboradores, em decorrência da execução dos serviços contratados.
14. Manter sob sua responsabilidade, guarda e zelo os bens disponibilizados pela Contratante, por qualquer motivo, durante a execução do contrato.
15. Devolver à Contratante, ao final do contrato, os bens disponibilizados para seu uso, em perfeitas condições de utilização.
16. Ressarcir à Contratante, imediatamente, qualquer despesa ou transtorno decorrente de responsabilização solidária, atinente aos serviços contratados, sujeitando-se ainda à multa prevista contratualmente.
17. A Contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos e materiais necessários para uma perfeita realização das sessões de massagem expressa (Quick Massage).
18. Apresentar relatório mensal das atividades ao fiscal do contrato, até o 15º dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, conforme modelo proposto pela ANTAQ, em números absolutos e percentuais, contendo: a) Frequência de participação, discriminada por horário, atividade, por prédio, por unidade e por participante, com gráficos; e b) Registro de intercorrências que venham a interferir no trabalho, sugerindo alternativas para solucioná-las.
19. Ter experiência que demonstre a execução de serviços similares ao objeto da necessidade da contratação, em períodos sucessivos ou não, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, uma vez que esse tempo assegura a prestação do serviço em conformidade com as necessidades específicas do órgão ou entidade contratante, refletindo que os serviços foram prestados de forma adequada.

Da Contratante

1. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como: exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário; Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas; Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
2. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
3. Dar ampla divulgação ao cronograma de realização das sessões de massoterapia (Quick Massage), na ANTAQ.
4. Colocar à disposição da Contratada espaços físicos em condições de uso.
5. Sustar os serviços, a qualquer tempo, total ou parcialmente, sempre que considerar a medida necessária.
6. Solicitar a substituição de qualquer empregado(s) da Contratada, advertindo-a formalmente, devendo a solicitação ser atendida e executada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.
7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

Classificação dos Serviços

1. O presente é considerado serviço comum e de natureza continuada, conforme Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002; inciso II do art. 3º do Decreto 10.024/2019 e art. 14º e 15º da , INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, pois as especificações são reconhecidas e usuais do mercado e visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro.
2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, sendo possível sua execução de forma indireta, uma vez que não estão contemplados na Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, editada pelo então Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Critérios e Práticas de sustentabilidade

1. Para a perfeita execução dos serviços, a licitante vencedora se responsabilizará em promover as ações listadas abaixo:
 - **Limpeza das mãos** - Tem como principal motivo prevenir a transmissão de microrganismos e sujeiras que ficam nas mãos. A limpeza das mãos tem que ser feita entre e/ou durante cada atendimento e toda vez que se manipule algo que possa conter microrganismos ou sujeiras. A assepsia com álcool 70 graus não substitui a lavagem das mãos com sabonete e água corrente, um completa o outro. Para uma boa lavagem das mãos, é importante ensaboar e esfregar as palmas, o dorso das mãos, os espaços entre os dedos, os polegares, as unhas e os punhos.
 - **Limpeza da maca (cadeira de massagem)**. Tem como principal motivo prevenir a transmissão de microrganismos e sujeiras que ficam na maca. A limpeza da maca tem que ser feita entre e/ou durante cada atendimento. Também envolve acobertar a maca com papel toalha ou lenço descartável. A limpeza da maca é feita com álcool de 70º ou outro antisséptico.
 - **Equipamento de proteção**. Tem como principal motivo minimizar riscos de contaminação e higiene pessoal. Equipamento de proteção envolve roupas adequadas como jaleco e roupas brancas, luvas, máscaras e toucas cirúrgicas.

5. Levantamento de Mercado

A equipe de planejamento não considerou para solução da necessidade outras opções logísticas menos onerosas à Administração, uma vez que a solução para a necessidade é padronizada no ramo de fornecimento desse tipo de serviço para o setor público

Assim, para a necessidade levantada, a equipe de planejamento, como justificativa técnica, verificou as condições e exigências do mercado fornecedor, de modo a possibilitar a compatibilidade entre os requisitos propostos pela área demandante e as possíveis soluções que o mercado fornecedor pode proporcionar, em especial a não obrigatoriedade do fornecedor possuir filial ou representação com estrutura física em Brasília/DF, ampliando a quantidade e não limitando a participação de fornecedores de outros Estados.

Como justificativa econômica para a solução da necessidade, a equipe de planejamento considera quanto maior for o número de fornecedores existentes melhor será para o órgão, aumentando a competição e consequentemente um menor preço, além da possibilidade de diminuição do direcionamento ou a existência de conluio entre os interessados.

Considerando que a quantidade de fornecedores no mercado para o objeto a ser contratado não é restrita, a equipe de planejamento fez um levantamento das soluções de mercado, considerando contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, além de pesquisa direta com fornecedores.

DIRETO COM FORNECEDORES	UF
ERGONOMIQUE	RJ
POSTURE SAÚDE CORPORATIVA	SP
VEM SER MOVIMENTO	RJ

CONTRATAÇÕES SIMILARES POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES	FORNECEDOR	UF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	YO FITNESS LTDA	CE
PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA	PR
PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	CONCEITUAL SAUDE E SEGURANCA NO TRABALHO LTDA	PR
PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	YO FITNESS LTDA	CE

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de massagem expressa (Quick Massage), destinada aos servidores e colaboradores da ANTAQ - Sede em Brasília, fornecendo sem custo os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A metodologia de cálculo utilizada para estimar a quantidade de sessões de massoterapia mensais e anuais considerou uma frequência de atividades de massoterapia 02 (duas) vezes por semana, com 16 (dezesesseis) sessões diárias, considerando 8 dias por mês para a contratada prestar o serviço de massoterapia, totalizando 128 sessões mensais (8 dias x 16 sessões) e 1536 (mil quinhentos e trinta e seis) sessões anuais (128 sessões mensais x 12), discriminadas nas tabelas abaixo.

Atividade	Frequência	Sessões diárias	Sessões mensais	Sessões Anuais

Massoterapia (Quick Massage)	2 vezes por semana	16	128	1536
------------------------------	--------------------	----	-----	------

Massoterapia (Quick Massage)		
8 dias por Mês		
Sessões Diárias	Duração por Sessão (min)	Horas Diárias
16	00:15:00	04:00:00

As 1536 (mil quinhentos e trinta e seis) sessões anuais, serão destinadas a aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) servidores/colaboradores da ANTAQ - Sede em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

A contratação destas sessões de massoterapia corresponde a mesma quantidade em relação ao contrato anterior **CONT-SAF-ANTAQ/Nº 09/2018** que se encerrou no dia 30/12/2020, por conta da pandemia e o isolamento dos servidores. Manter a mesma quantidade se justifica pela excelente aceitação da massagem pelos usuários, tendo em vista que todos os dias de massagem estavam sempre lotados e com lista de reserva mensal, conforme planilhas de controle da fiscalização do contrato acostadas no processo 50300.001512/2018-14, a saber:

- a) Planilha Quick Massage - Medição de Serviços-2018 (SEI nº 0717988);
- b) Anexo QUICK MESSAGE - Medição dos Serviços - 2019 (SEI nº 0953371);
- c) Planilha Medição dos Serviços - Quick Massage - 2020 (SEI nº 1177473).

Além disso, apesar do número de colaboradores terem aumentado na sede da ANTAQ, a maioria dos servidores estão no regime de teletrabalho integral ou parcial, justificando a manutenção do mesmo número de sessões a serem contratadas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 31.580,16

Seguindo os ditames normativos constantes do Art. 5º da IN SEGES 65/2021, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a contratação dos serviços de massoterapia foi realizada mediante a utilização de forma combinada dos seguintes parâmetros:

- Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Pesquisa no Pannel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>

- A pesquisa foi refinada para melhor entendimento, identificando uma contratação que possuem aderência às especificações deste estudo técnico preliminar, conforme relatório da pesquisa realizado no dia 21/03/2023 (SEI nº 1874551), demonstrado na tabela abaixo.

Identificação da Compra	Objeto	Valor da Sessão de Massoterapia	Fornecedor	ÓRGÃO
	- Contratação de empresa para prestação do serviço de até 680 (seiscentos e oitenta) horas			

Pregão Eletrônico - 00002/2022	de massagem terapêutica (massoterapia) aos trabalhadores da Universidade Federal do Ceará (UFC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	R\$ 8,86	YO FITNESS LTDA CNPJ/CPF: 29101955000117	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
--------------------------------	---	----------	--	-------------------------------

- Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

- Foi realizada cotação (SEI nº 1955092) no site <https://www.bancodeprecos.com.br/>, onde foram encontrados 6 (seis) contratações similares em outros entes públicos, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, sendo os valores consolidados na tabela abaixo.

Identificação da Compra	Objeto	ÓRGÃO	Valor da Sessão de Massoterapia	Fornecedor
Pregão Eletrônico - 43/2022	Valor da sessão de quick massage para a Subseção Judiciária de Curitiba, conforme especificações técnicas contidas em edital	PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	R\$ 14,00	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88
Pregão Eletrônico - 43/2022	Valor da sessão de quick massage para a Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, conforme especificações técnicas contidas em edital.	PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	R\$ 23,00	YO FITNESS LTDA - CNPJ: 29.101.955/0001-17
Pregão Eletrônico - 43/2022	Valor da sessão de quick massage para a Subseção Judiciária de Londrina, conforme especificações técnicas contidas em edital.	PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	R\$ 15,00	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88
Pregão Eletrônico - 43/2022	Valor da sessão de quick massage para a Subseção Judiciária de Umuarama, conforme especificações técnicas contidas em edital.	PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	R\$ 28,00	YO FITNESS LTDA - CNPJ: 29.101.955/0001-17
Pregão Eletrônico - 43/2022	Valor da sessão de quick massage para a Subseção Judiciária de Telêmaco Borba, conforme especificações técnicas contidas em edital.	PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	R\$ 17,00	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88
Pregão Eletrônico - 43/2022	Valor da sessão de quick massage para a Subseção Judiciária de Ponta Grossa, conforme especificações técnicas contidas em edital.	PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná	R\$ 15,00	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88

- Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

- Realizou-se solicitação de orçamentos, por e-mail, às seguintes empresas, conforme tabela abaixo.

--	--	--	--	--	--

EMPRESA	CNPJ	Observação	Atendeu ao disposto no § 2º do art. 5º da IN 65/2021	Valor da sessão de massoterapia	UF DO FORNECEDOR
Wal lerry Fleck e Cia Ltda. Me - ERGONOMIQUE	10.741.678/0001-89	O e-mail de solicitação e resposta da empresa com a proposta (SEI nº 1874379)	SIM	R\$ 27,42	SP
POSTURE SAÚDE CORPORATIVA	17.310.177/0001-97	O e-mail de solicitação e resposta da empresa com a proposta (SEI nº 1874377)	SIM	R\$ 52,18	RJ
VEM SER MOVIMENTO	31.712.546/0001-07	O e-mail de solicitação e resposta da empresa com a proposta (SEI nº 1874385)	SIM	R\$ 25,78	RJ

- A apresentação de orçamento por empresas do ramo de massoterapia, mostrou-se de fácil acesso, pois todas as empresas pesquisadas responderam as solicitações de propostas dentro de um prazo de resposta satisfatório, atendendo às especificações deste ETP.

Importante frisar que na licitação deverá considerar como balizador o valor unitário da sessão de massoterapia, facilitando, assim, o cálculo do valor mensal e anual estimado.

Conforme disposto no Art. 6º da IN 65/2021, é possível utilizar como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Neste ETP, a metodologia utilizada para obtenção do preço estimado foi a **média** dos valores obtidos na pesquisa de preços oriundos de todos os parâmetros utilizados, não sendo desconsiderados nenhum dos valores como inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Diante do exposto, preço estimado para a sessão de massoterapia de 15 min é de **R\$ 20,56 (vinte reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Identificação da Compra	FORNECEDOR	Proposta /Pesquisa	Valor da Sessão de Massoterapia
Pregão Eletrônico - 00002/2022	YO FITNESS LTDA CNPJ/CPF: 29101955000117	SEI nº 1874551	R\$ 8,86
Pregão Eletrônico - 43/2022	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88	SEI nº 1955092	R\$ 14,00
Pregão Eletrônico - 43/2022	YO FITNESS LTDA - CNPJ: 29.101.955 /0001-17	SEI nº 1955092	R\$ 23,00
Pregão Eletrônico - 43/2022	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88	SEI nº 1955092	R\$ 15,00
Pregão Eletrônico - 43/2022	YO FITNESS LTDA - CNPJ: 29.101.955 /0001-17	SEI nº 1955092	R\$ 28,00
Pregão Eletrônico - 43/2022	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88	SEI nº 1955092	R\$ 17,00
Pregão Eletrônico - 43/2022	PRENFIT SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 09.577.641/0001-88	SEI nº 1955092	R\$ 15,00

Orçamento direto com o Fornecedor	Wal lerry Fleck e Cia Ltda. Me - ERGONOMIQUE	SEI nº 1956741	R\$ 28,00
Orçamento direto com o Fornecedor	POSTURE SAÚDE CORPORATIVA	SEI nº 1959395	R\$ 30,98
Orçamento direto com o Fornecedor	VEM SER MOVIMENTO	SEI nº 1956391	R\$ 25,78
MÉDIA			R\$ 20,56

Assim, o preço mensal estimado, considerando 128 (cento e noventa e duas) sessões será de R\$ 2.631,68 (dois mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos), sendo R\$ 31.580,16 (trinta e um mil, quinhentos e oitenta reais e dezesseis) para um período de 12 (doze) meses.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A necessidade da ANTAQ é contratar o serviço de massoterapia (Quick massage) para os servidores e colaboradores, lotados em Brasília/DF, sendo a contratação por sessões anuais, assim, considerando em especial a não obrigatoriedade do fornecedor possuir filial ou representação com estrutura física em Brasília/DF, ampliou a quantidade e não limitou a participação de fornecedores de outros Estados, comprovada com a pesquisa de preços com os fornecedores (item 8), e que existe apenas um item a ser licitado se justifica pela impossibilidade de parcelamento da solução, havendo economia de escala, prevista na Súmula 247 do TCU, tendo em vista que os fornecedores terão a disposição uma maior quantidade do sessão de massoterapia (Quick massage) e diluir seus custos, por isso permanece a contratação técnica e economicamente viável.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A ANTAQ já realizou 01 (uma) contratação com o mesmo objeto da contratação pretendida, conforme disposto abaixo:

Contratada: **QUALITE DE VIE CULTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME** (CNPJ: 14.682.038/0001-04), **contrato CONT-SAF-ANTAQ/Nº 09/2018 – PROCESSO Nº 50300.001512/2018-14**, cujo objeto foi a prestação de serviços de ginástica laboral e massoterapia, sendo suspenso, por conta da pandemia e o isolamento dos servidores, e que em dezembro de 2020 foi realizada a rescisão contratual.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação das sessões de massoterapia está alinhada com planejamento da ANTAQ, tendo em vista que está prevista na proposta do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho em trâmite no processo 50300.022013/2018-61, além de constar no Plano Anual de Contratações para o ano de 2023, conforme Documento de Formalização da Demanda Nº 110/2022 do Planejamento e Gerenciamento de Contratações ((sistema PGC).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação do serviço de massoterapia está alinhada com o **Plano de Gestão de Logística Sustentável - PGLS da ANTAQ**, sendo as sessões de massoterapia, consideradas um tratamento ou terapia, aplicada em regiões específicas do corpo, como pescoço, ombros, costas, braços e mãos, oferecem como ganho direto: melhora na sensação de bem-estar e relaxamento, diminuição do stress, tensão e dores musculares, promoção da saúde e melhora na qualidade de vida dos usuários.

Como ganhos indiretos podemos esperar benefícios, a saber:

- Melhorar a circulação sanguínea;
- Ajudar a controlar a irritabilidade e a ansiedade;

- Prevenir lesões por esforço repetitivo;
- Contribuir para o fortalecimento do sistema imunológico;
- Contribuir para a eliminação de toxinas.

13. Providências a serem Adotadas

A Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada - CBL deverá providenciar, em dias da realização das sessões de massagem expressa (quick massage), o local exato, dentro da ANTAQ-Sede, onde serão feitas as massagens, respeitando as necessidades do órgão. Não sendo necessário licenciamento ambiental para este tipo de serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O material fornecido pela Contratada deverá atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais positivos e negativos associados ao produto, cabendo a adoção das práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, nos termos do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.

A Contratada deverá utilizar insumos cujos recursos naturais tenham origem ambientalmente regular e sustentável.

Os possíveis impactos ambientais que o serviço de massagem expressa (Quick massage) possa gerar devem ser tratados conforme os critérios e práticas de sustentabilidade indicados no item 4 deste ETP.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Ficou demonstrado durante o levantamento de preços que há empresas do ramo que pode fornecer o serviço para a administração pública.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCO SCALA FEITOSA

Analista Administrativo / Coordenador da CBL



Assinou eletronicamente em 14/07/2023 às 10:34:46.

MARIA VERÔNICA DA SILVA CAVALCANTE

Agente Administrativo / Coordenadora Substituta CBL



Assinou eletronicamente em 14/07/2023 às 14:11:21.



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Gerência de Recursos Humanos
Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada

ANEXO II

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários-ANTAQ, CNPJ n.º 04.903.587/0001-08, com sede na SEPN Quadra 514, Conjunto E, Asa Norte -Edifício ANTAQ -Brasília/DF, representada neste ato por _____, em sequência denominada simplesmente Contratante; e a pessoa jurídica, CNPJ n.º _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, portador do CPF n.º _____ e da Cédula de Identidade RG n.º _____, daqui por diante denominada simplesmente Contratada, firmam o presente Instrumento de Medição de Resultado-IMR, como anexo ao contrato de prestação de serviços de massoterapia.

Definição - Instrumento de Medição de Resultado-IMR é o mecanismo que apresenta os critérios de avaliação da qualidade do serviço prestado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

Indicadores, Metas e Mecanismo de Cálculo

2.1 Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de 03 (três) indicadores de qualidade:

- Uso dos uniformes e crachás;
- Falta de materiais ou de equipamentos previstos para prestação do serviço; e
- Reposição de profissional ausente.

2.2 Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados em cada indicador.

2.2.1 - Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2 - A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.3 As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade

INDICADOR 1 - USO DOS UNIFORMES e CRACHÁS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento as exigências específicas relacionadas ao fornecimento e uso dos uniformes e crachás.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico e setorial do contrato através de livro de registros.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos 1 ocorrência = 8 Pontos 2 ocorrências = 6 Pontos 3 ocorrências = 4 Pontos 4 ocorrências = 2 Pontos 5 ou mais ocorrências = 0 Pontos.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	Para o caso de cinco ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.
---------------------------------	---

INDICADOR 2 - FALTA DE MATERIAIS OU DE EQUIPAMENTOS PREVISTOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de fornecimento e abastecimento dos materiais estimados necessários a execução do contrato
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico e setorial do contrato através de livro de registros.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Sem ocorrências = 20 Pontos</p> <p>1 ocorrência = 8 Pontos</p> <p>2 ocorrências = 6 Pontos</p> <p>3 ocorrências = 4 Pontos</p> <p>4 ocorrências = 2 Pontos</p> <p>5 ou mais ocorrências = 0 Pontos.</p>
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	Para o caso de cinco ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.

INDICADOR 3 - REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a reposição das ausências.
Meta a cumprir	Cobrir todas as ausências
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico e setorial do contrato através de livro de registros.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Ausência de profissional sem reposição.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos
	Uma ou mais ocorrências = 0 Pontos
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	Para uma ocorrência deste indicador a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações.

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1 - As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.2 - A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

PONTUAÇÃO TOTAL = $\sum [(Total \text{ para o Indicador } 1) + (Total \text{ para o Indicador } 2) + (Total \text{ para o Indicador } 3)]$

3.3 - Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 50 a 59 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 50 pontos	90% do valor previsto mais multa	*0,90
*OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Para uma pontuação abaixo de 50 pontos a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações.		

Logo:

Valor devido por Nota Fiscal = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]

4 - CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos Previstos	Avaliação
USO DOS UNIFORMES e CRACHÁS	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	8	
	2 ocorrências	6	
	3 ocorrências	4	
	4 ocorrências	2	
	5 ocorrências ou mais	0	

FALTA DE MATERIAIS OU DE EQUIPAMENTOS PREVISTOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	8	
	2 ocorrências	6	
	3 ocorrências	4	
	4 ocorrências	2	
	5 ocorrências ou mais	0	
6 – REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE	Sem ocorrências	20	
	Uma ou mais ocorrências	0	
Pontuação Total do Serviço:			



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Gerência de Recursos Humanos
Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada

ANEXO III DO TR

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PELNO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

NOME DA EMPRESA/INSTITUIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA MESMA COM CNPJ, ENDEREÇO, neste ato apresentada por **(REPRESENTANTE DA EMPRESA/INSTITUIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO MESMO, CONSTANDO INCLUSIVE QUAL A FUNÇÃO/CARGO NA EMPRESA/INSTITUIÇÃO)**, **DECLARAMOS** que temos ciência das condições necessárias para a prestação dos serviços nos termos do item 2.4. do Anexo V da IN 05/2017 – SEGES/MP e **NOS COMPROMETEMOS** a prestar fielmente os serviços com a qualidade necessária, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e de seus Anexo, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº **XXX/2023**.

Local, ____ de _____ de 2023

Responsável pela empresa/instituição



Agência Nacional de Transportes Aquaviários
SEPN - Quadra 514, Bloco E, - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70760-545
Telefone: (61) 2029-6500 e - www.gov.br/antag

CONTRATO-MINUTA

PROCESSO Nº 50300.001013/2023-94

* MINUTA DE DOCUMENTO

CONT-SAF-ANTAQ Nº XXX/2023

PROCESSO Nº 50300.001013/2023-94

**CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº XXX/2023 QUE FAZEM
ENTRE SI, A AGÊNCIA
NACIONAL DE TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS – ANTAQ E A
XXXX.**

A **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS**, autarquia especial, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, criada pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, e alterações posteriores, com sede no SEPN Quadra 514, Conjunto “E”, Asa Norte, CEP 70760-545, Brasília - DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.903.587/0001-08, a seguir denominada **ANTAQ**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). (*cargo e nome*), portador da Carteira de Identidade nº e CPF nº, residente e domiciliado nesta capital, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o (a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na em doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) (*nome e função*), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela(o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 50300.001013/2023-94, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de massoterapia (Quick Massage), atividade inserida no Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da ANTAQ, destinada aos servidores e colaboradores da ANTAQ - Sede em Brasília, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Sessões com duração de 15 minutos de Massoterapia (Quick Massage)	556-8	Sessões	1536

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) *Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) *Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXX, **conforme tabela abaixo:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	Sessões com duração de 15 minutos de Massoterapia (Quick Massage)	556-8	Sessões	1536	R\$ XXX	R\$ XXX

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (ART. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em XXXXXXXX.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 9.5. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento

da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento

do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade **XXXXXX (SUPRESSÃO)**, em valor correspondente a 5% (por cento) do valor anual do contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV - **Multa:**

(1) Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,1% a 1,6% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,1% a 15% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,1% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,2% a 3,2% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

(a) Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;

(b) Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade: 68201/ 682010;

II - Fonte de Recursos: XXXX

III - Programa de Trabalho: XXX

IV - Elemento de Despesa: XXXX;

V - Plano Interno: XXXX

VI - Nota de Empenho: XXXX

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92 §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ANTAQ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Claudemberg Silva de Moraes

CPF: 005.444.211-75

Nome: Núbia Rodrigues Alcântara

CPF: 831.543.291-53

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



Documento assinado eletronicamente por **Nubia Rodrigues Alcantara, Analista Administrativo**, em 15/09/2023, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **2028494** e o código CRC **FA003595**.

Referência: Processo nº 50300.001013/2023-94

SEI nº 2028494

Criado por [Nubia.Alcantara](#), versão 19 por [Nubia.Alcantara](#) em 15/09/2023 16:17:24.

MINUTA



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANEXO-MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo nº 50300.006318/2023-92

Pregão Eletrônico nº/.....

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Tel./Fax:

CEP:

Cidade:

Banco: Agência: Conta:

Apresentamos a nossa Proposta para a licitação visando a contratação de serviços de copeiragem e garçonaria, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO DA SESSÃO	VALOR MENSAL DA SESSÃO	VALOR ANUAL DA SESSÃO
1	Sessões com duração de 15 minutos de Massoterapia (Quick Massage) - Tratamento ou terapia através de massagens, podendo ser aplicada em regiões específicas do corpo, como pescoço, ombros, costas, braços e mãos, melhorando a sensação de bem-estar e relaxamento, aliviando o stress e a tensão, diminuindo as dores musculares, promovendo a saúde e melhorando a qualidade de vida.	Sessões	1536	R\$	R\$	R\$

	<p>Benefícios esperados no sentido de:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Melhorar a circulação sanguínea; · Ajudar a controlar o estresse, as tensões, a irritabilidade e a ansiedade; · Aliviar e ajudar a combater as dores musculares; · Prevenir lesões por esforço repetitivo; · Contribuir para o fortalecimento do sistema imunológico; · Promover o bem-estar e uma melhor qualidade de vida; · Contribuir para a eliminação de toxinas 					
VALOR TOTAL : R\$ *****						

Observação 1: Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Observação 2: A presente proposta de preços deverá ser encaminhada juntamente com a Planilha de Custo e Formação de Preços, caso haja.

Declaramos que:

1. O preço cotado inclui todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste pregão;
2. Quaisquer tributos, custos e despesas omitidas da proposta ou incorretamente cotadas serão considerados como inclusos nos preços, e não serão solicitados acréscimos, a qualquer título, sendo os serviços prestados sem ônus adicional;
3. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato dela advindo;
4. Estamos de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos e que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações.

Dados do representante legal da empresa para assinatura do contrato:

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

CPF:.....

Cargo/Função:

RG:

Órgão Expedido:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Local e data

.....
Assinatura e carimbo (representante da empresa)

Referência: Processo nº 50300.000012/2023-22

SEI nº 2064222